

VOZES SILENCIADAS: NARRATIVAS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA CONTRA VIOLÊNCIA

Marta Francisco de Oliveira

Universidade Federal de Campo Grande/MS

marta.oliveira@ufms.br

Paula de Vasconcelos Rego

Universidade Federal de Campo Grande/MS

pauladevasconcelos95@hotmail.com

Resumo

Em muitos períodos e sociedades, as mulheres foram vistas como personagens coadjuvantes nas representações culturais, sociais, políticas e literárias, além de serem submetidas a múltiplas violências, ao silenciamento e à invisibilidade que permanecem, infelizmente, até os dias de hoje. Portanto, o presente artigo tem por finalidade modos de alçar a voz de mulheres, sobretudo as mulheres com deficiência, considerando o histórico de invisibilização e violência doméstica que afeta a muitas delas. Para isto, partimos do documentário “Silenciadas: em busca de uma voz” e utilizaremos o levantamento de pesquisas bibliográficas para abordar alguns dados sobre a violência contra mulheres com deficiência e, também, sobre interseccionalidade e inclusão como método de análise, visando destacar a potência dos debates pautados na crítica teórica sobre o protagonismo feminino, apontando para possibilidades de práticas de existência e reexistência nos modelos de coalizão, de trabalho conjunto e em múltiplas vozes.

Palavras-chave: Violência doméstica; Silenciamento; Interseccionalidade; Inclusão.

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Marta Francisco de Oliveira

Doutora em Letras – Estudos literários (UNESP) e docente da FAALC-Faculdade de Artes, Letras e Comunicação e do PPGEL-Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens/UFMS, área de Teoria Literária e Estudos Comparados. Pós-doutora pelo PPGEL/UFMS. Especialista e Experta em Língua e cultura espanhola AECI – MEC/España. Especialista em Ensino de língua inglesa. Membro dos grupos de pesquisa CNPq Leitores e leituras na contemporaneidade e Crítica Feminista e Autoria Feminina: cultura, memória e identidade.



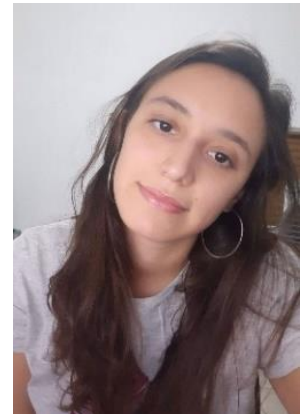
lattes.cnpq.br/5877623703963701



orcid.org/0000-0002-5212-5361

Paula de Vasconcelos Rego

Mestranda em Estudos de Linguagens, pela FAALC - Universidade Federal de Campo Grande/MS, na linha de pesquisa Literatura, Estudos Comparados e Interartes: Representação, Cultura e Literatura com o projeto "Mulheres empilhadas e resistências empenhadas: vozes de mulheres indígenas". Graduada em Letras/Português pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Coxim. (2022). Participante do grupo de pesquisa Crítica Feminista e Autoria Feminina: memória, cultura e identidade. Atua em pesquisas sobre a literatura feminina e mulheres vítimas de violência, narrativas orais e literárias.



lattes.cnpq.br/6709886402833769



orcid.org/0000-0003-0552-5423

Dossiê "Nas teias da linguagem"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

VOZES SILENCIADAS: NARRATIVAS DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA CONTRA VIOLÊNCIA

Marta Francisco de Oliveira

Universidade Federal de Campo Grande/MS

marta.oliveira@ufms.br

Paula de Vasconcelos Rego

Universidade Federal de Campo Grande/MS

pauladevasconcelos95@hotmail.com

Introdução

Na sociedade brasileira, ao longo do tempo, observamos como os papéis sociais designados para as mulheres foram reforçados por modelos que aparecem em forma de representação cultural, estética e literária, reforçando discursos religiosos, familiares, escolares e midiáticos que se dirigem para as funções de mãe, dona do lar, esposa e filha comportada e educada. Assim, a mulher se encontra supostamente protegida porque estar de acordo com tais ideais implica não se “expor a perigos físicos e morais”. Tais modelos fazem parte de uma construção que ainda delimita espaços literais e simbólicos para o feminino e para o masculino. Assim, há a determinação de funções específicas que as mulheres devem exercer, geralmente, relacionadas aos cuidados do lar, enquanto se espera que homens sejam provedores fortes e que não demonstrem fragilidades. Desse modo, eles ocupam espaços de poder e lugares públicos, seus por “direito”, apesar das óbvias alterações nessas condições desde o final do século XX.

Além disso, historicamente, as mulheres foram submetidas a violências múltiplas e políticas de invisibilidade e silenciamento, como um processo ideológico, cultural e religioso eficiente no que diz respeito a promover um sistema de ordenação da sociedade a partir de critérios de raça e gênero, sobretudo, e seus desdobramentos. Inclusive, o corpo feminino esteve sempre subjugado e restrito, uma posse não individualizada, ou seja, não da própria pessoa que o habita, mas controlado por outro, quer na esfera privada quer na dimensão social que o regia/rege.

No recorte que buscamos fazer, o objetivo deste trabalho é ressaltar a necessidade de ampliar a visibilidade e a discussão sobre modos de resistência e reexistência de mulheres

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

e, a partir do documentário “Silenciadas: Em busca de uma voz”, com direção e produção de Flávia Pieretti e roteiro de Ana Paula Cardoso. Assim, propor uma reflexão sobre como a interseccionalidade e a inclusão dialogam e se erigem diante do lugar que a sociedade impõe às mulheres, dando ênfase àquelas com deficiência e que foram (e ainda são) vítimas de abusos, como a violência doméstica.

Com base na definição de Moreira, Boris e Venâncio (2011), entendemos que a

Violência doméstica contra a mulher é qualquer ação ou conduta que cause morte, constrangimento, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou simbólico à mulher, no âmbito doméstico, ou seja, em seu espaço domiciliar. (...) violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo se refere a toda forma de manifestação de agressividade, ou seja, em sua versão física, sexual, psicológica ou moral, provocada por um cônjuge, companheiro, amante, namorado ou qualquer parceiro íntimo, mas comumente ocorrendo, embora não necessariamente, no espaço privado do domicílio. (MOREIRA; BORIS; VENÂNCIO, 2011, p. 399)

Sendo assim, no decorrer deste trabalho iremos discutir sobre o contexto histórico da interseccionalidade e inclusão, que serão porta de entrada para a construção desta pesquisa. Assim, buscaremos verificar alguns dados sobre a violência contra mulheres com deficiência no Brasil e estabelecer uma relação com o documentário mencionado anteriormente, localizando-o no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. Por meio deste material, percebemos a potência de diversas vozes femininas que, ao lado de dados estatísticos, promovem uma via de acesso a saberes e diálogos essenciais para a promoção de relações pautadas em respeito e igualdade, ademais de compreender que abordar o assunto, dar visibilidade e propagar conhecimento e modos de resistência contribuem efetivamente para políticas de cuidado, prevenção e reexistência, conceito basilar para nossas considerações.

Interseccionalidade, inclusão e mulheres com deficiência vítimas de violência

“Uma coisa não exclui a outra” é como podemos conceituar a interseccionalidade, termo que surgiu em 1990, e pode ser considerado uma forma de capturar as intersecções entre o espaço social e o acadêmico. O termo interseccionalidade tem ligação com os movimentos feministas que lutavam por seu empoderamento, inspirados pela vontade de discutir a desigualdade que atinge mulheres em todo o mundo e, também, que constituiu um avanço de novos conceitos no qual fosse possível enxergar a perspectiva da raça ou gênero de

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

maneira fragmentada e individual, e não como uma categoria única.

Segundo Cardoso e Lima (2021), a interseccionalidade não se resume a definir e segregar, o que quer dizer separar as pessoas em categorias; ao contrário, tem por função entender como um sujeito é construído em diversos sentidos. Por outro lado, é no entrecruzamento de saberes, opções teóricas, propostas e lutas que entendemos que podemos usar a ideia e prática da interseccionalidade como compreensão que amplia opções que promovem a coalizão, um pensar e agir em conjunto, empregando a expressão e a ideia mencionadas pela filósofa argentina María Lugones. A advogada e defensora dos direitos civis norte-americana Kimberlé Crenshaw, em seu artigo “Documento para o encontro de especialistas da discriminação racial relativos ao gênero” (2002), classifica as interseccionalidades em formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo e patriarcalismo.

Essa noção de “interação” entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. A autora estabelece ligações entre políticas desenvolvidas para eliminar a desigualdade racial e de gênero no contexto nacional de muitas nações. Entretanto, na perspectiva de gênero, e apesar de algumas conquistas como a liberdade, melhores condições políticas, campo dos direitos e do trabalho, as desigualdades ainda persistem. Um exemplo disso é a diferença salarial das mulheres no mercado de trabalho ao longo dos anos e, por mais que as lutas e os movimentos sociais tenham um resultado crescente no decorrer da história, as mulheres ainda enfrentam desafios e desvalorização (CRENSHAW, 2022).

O movimento feminista esteve, por muito tempo, aprisionado a uma visão eurocentrista e universalizante das mulheres. Por este motivo, há uma dificuldade em perceber as diferenças e desigualdades no âmbito feminino, acarretando vozes que foram silenciadas e corpos descartáveis, algo que ainda precisamos considerar com cuidado e atenção. No entanto, nos valem da afirmação de Gerda Lerner (2019), segundo quem as mulheres sempre e até os dias de hoje vivem em um estado relativamente maior de falta de liberdade do que os homens. Uma vez que sua sexualidade, um aspecto de seu corpo, era controlada por outros, as mulheres não apenas estavam em desvantagem, como também eram restritas de maneira muito particular em termos psicológicos (LERNER, 2019, p. 263).

A violência contra a mulher atinge nos variados aspectos de sua vida, no trabalho e na saúde. Segundo o Banco Mundial (RIBEIRO; COUTINHO, 2011), uma em cada cinco ausências no trabalho é causada pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas; a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica; na América Latina, a violência doméstica atinge entre 25% a 50% das mulheres; uma mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

violência; estima-se que o custo da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país. Esses fatos demonstram que a violência contra a mulher sai do âmbito familiar e atinge a sociedade como um todo, configurando-se em fator que desestrutura o tecido social.

Qualquer condição de violência é, sem dúvida, uma violação dos direitos humanos, podendo estar vinculada a variados problemas complexos e de natureza distinta, o que exige uma reflexão mais aprofundada para distinguir causas, consequências e, principalmente, modos de resistência, superação, prevenção e erradicação. Afinal, também pode estar atrelada a questões conceituais referentes à distinção entre poder e coação; vontade consciente e impulso; determinismo e liberdade. Ademais, quando o homem desfruta de uma posição de poder, independentemente de qual, se estabelece uma relação de subordinação e o corpo feminino é tratado como um objeto de debate, de exposição, de desejo e posse, passível de punições, sutis ou violentas.

Segundo Crenshaw (2002):

a violência contra mulher baseada na raça ou na etnia são, geralmente, os exemplos mais conhecidos de opressão interseccional. Essa violência pode ser concebida como uma subordinação interseccional intencional, já que o racismo e o sexismo manifestados em tais violações refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violação explícita de gênero. (CRENSHAW, 2002, p. 178)

Assim, nossa compreensão acerca da opressão contra as mulheres se baseia nesse enquadramento no qual se concretizam as múltiplas violações infligidas aos corpos femininos. Entretanto, neste trabalho não nos limitaremos apenas à questão raça/etnia, pois, junto a ela, refletiremos sobre os traços que compõem a identidade de uma mulher e, mais especificamente, pensaremos acerca de mulheres com deficiência, para mais adiante considerar a importância de promover narrativas de mulheres com base em suas experiências e vivências.

Portanto, é preciso entender algumas questões referentes às implicações sociais e culturais acerca de deficiências em sua concepção geral, posto que as sociedades em geral reconhecem essa diferença, infelizmente hierarquizando e a demarcando de maneira negativa. Diante disso, Eugênio e Silva comentam:

Percebe-se que a trajetória dos indivíduos com deficiência é marcada por

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura e contexto histórico. Ao longo da história, o conceito de deficiência foi sendo compreendido sob diferentes concepções, modificando-se ou, até mesmo, se intercruzando em alguns momentos. Na Idade Média, por exemplo, as pessoas com deficiência eram vistas como acometidas de castigo divino ou alguém digno de pena, que dependiam da assistência/caridade das pessoas, especialmente cristãs sem deficiência. (2020, p. 27)

Assim, a marca da diferença acarretava o estigma da culpa, do menosprezo ou da indiferença. Além disso, em paralelo com a perspectiva crítica e acerca do foco na dita condição feminina em que também se enquadra este artigo, podemos lembrar que a diferença perpassa a percepção do corpo feminino, e ao longo do tempo houve momentos em que a mulher era vista como a personificação da tentação, do mal, ou como algo sujo e proibido. Segundo Pintaguy e Alves (2022, p. 22), não é apenas na tradição judaico-cristã que a figura da mulher é maldita, já que os aspectos de perigo e contaminação ligados ao feminino se repetem em quase todas as religiões. Ou seja, dentro do sistema religioso as mulheres foram um objeto simbólico de fraqueza humana, como nos mitos mais antigos da história, em que a mulher come o fruto proibido ou se mostra insubmissa e contamina toda sua geração ou toda a humanidade. Recebe, portanto, um castigo e passa a ser constituída, simbolicamente, como inferior, incompleta, incapaz. De modo semelhante, um corpo dito “deficiente” compartilha tais adjetivos, distanciando-se do padrão de força e virilidade que o exercício de poder exige.

Diante disso, percebe-se que ser mulher em um contexto histórico-social que se pauta em diferenças e a relega a uma condição de inferioridade e, principalmente, ser mulher com deficiência é estar diante de uma dupla vulnerabilidade que desde sempre foi imposta por padrões inseridos na nossa sociedade. São corpos que passam a ser considerados como de menor valor e inferior. Entretanto, foi em meados de 1970, no Brasil, quando o movimento de pessoas com deficiência começou a ganhar força e exigir novas percepções. A inclusão de mulheres com deficiência perpassa diversos obstáculos como, por exemplo, o preconceito e a discriminação de que pessoas com deficiências não podem ter relacionamentos amorosos ou exercerem a sua sexualidade. Devido a isso, tais mulheres estão mais propensas a terem autoestima baixa e, por consequência, a permanecerem em relacionamentos abusivos.

Com base na pesquisa estatística do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, no portal Não Se Cale, que atua visando à igualdade de gênero e à efetivação das políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, de acordo com dados da ONG Essas Mulheres, as mulheres são as maiores vítimas de violência física (68%) e sexual (82%) sofridas por pessoas com deficiência. Assim, mulheres com deficiência sofrem três vezes mais violências

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

do que as mulheres sem deficiência – e a Lei nº 13.836/2019 traz a garantia de que os registros nos Boletins de Ocorrência serviram para consolidar estatísticas locais para o mapeamento das mulheres com deficiência vítimas de violência e para fundamentar a formulação de políticas públicas que alcancem essa parcela da população.

Em 2018, o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência) registrou 46.510 casos de violência contra a mulher. Destes, 8,5% são de mulheres com deficiência. Segundo o Ministério da Saúde, no mesmo ano, 117.669 mulheres vítimas de violência doméstica foram atendidas em todo o país. Deste total, 6% aparecem no registro com alguma deficiência. O Atlas da Violência 2018 mostrou que, de 22.918 casos de estupro, 10,3% são de pessoas com deficiência. Entre os casos de estupro coletivo, 12,2% das vítimas tinham algum tipo de deficiência.

Livia Fajin de Mello dos Santos, Paulo Alexandre de Souza São Bento, Audrei Castro Telles, Raquel Fonseca Rodrigues e Rozania Bicego Zavier (p. 310, 2013) destacam:

Mulheres com deficiência constituem porcentagem expressiva do total da população brasileira, mas poucas conseguem ter seus direitos assegurados e garantidos por lei, fundamentados no princípio da igualdade. São duplamente discriminadas, tanto pela questão de gênero quanto por terem algum tipo de deficiência, sem contar com outras formas de discriminação, tais como raça, sexo e classe.

Nessa linha, Adriane Reis de Araújo ainda comenta:

A violência contra a mulher com deficiência é sistêmica e se manifesta principalmente no ambiente doméstico ou em instituições, podendo ser ativa (ação) ou passiva (omissão). A violência passiva ou por omissão abrange atos em que há ausência ou restrição no gozo de direitos, como na hipótese de negligência no cuidado com a mulher com deficiência – principalmente crianças e idosas – como a recusa em dar alimentação, medicamentos apropriados ou cuidados pessoais, como também a recusa em reconhecer a sexualidade e prestar a devida educação e orientação sexual. A violência ativa ou por ação abrange abusos de toda ordem, como maus tratos físicos e psicológicos, abusos sexuais, exploração sexual, estupros e até esterilização compulsória. (p. 456)

Entre os tipos de subordinação e opressão sob os que vivem as mulheres, destacam-se a violência, as discriminações e as múltiplas formas de agressão, podendo ser física, psicológica, econômica, sexual, entre outras. A Lei nº 11.340 que rege sobre os

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (2006), define os tipos de violência em cinco domínios: 1) físico, que implica ferir e causar danos ao corpo; 2) patrimonial, refere-se à destruição de objetos e bens materiais; 3) sexual, quando o agressor obriga a vítima a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada; 4) moral, qualquer conduta que caracterize calúnia, difamação ou injúria; 5) psicológica ou emocional, qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, humilhações, entre outras ações que caracterizem transgressão de valores morais. (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012).

Diante disso, ainda com base nas pesquisas de Fonseca, Ribeiro e Leal (2012):

Foi constatado que a violência psicológica ou emocional e a violência física são as mais frequentes. Na maioria dos casos, a violência psicológica ou emocional é a mais encontrada, principalmente nas modalidades de humilhações, xingamentos e desprezo. Esse tipo de violência ocorre primariamente, e perdura durante todo o ciclo de violência; somando-se a essa, com o passar do tempo outras formas de violência vão sendo incorporadas. Dessa forma, a violência psicológica ocorre sempre a priori. Observa-se nas vítimas sofrimento psíquico, segundo elas mais intenso do que a violência na forma de agressão física. Admitem seu caráter silencioso, crônico, comprometedor da saúde psicológica da mulher. (p. 310)

Tais violências são praticadas por aqueles que deveriam apoiá-las e cuidá-las, pela relação de afeto e companheirismo supostamente estabelecida. Além disso, os recortes expostos acima nos fazem refletir sobre uma compreensão errônea, porém histórica, cultural e socialmente constituída, de que o homem teria poder de decisão total sobre o corpo, a mente e as vontades das mulheres de seu círculo, sejam esposas, companheiras, namoradas, filhas, irmãs e até mesmo mães, limitando suas decisões e, inclusive, fazendo com que a mulher perca a liberdade de ir e vir. Um dos efeitos mais cruéis é como tantas vítimas se sentem acuadas e pressionadas a permanecer nessa situação, optando ou não tendo outra opção a não ser viver em silêncio. Por outro lado, talvez a forma que mais cause revolta e repulsa, considerando o corpo físico feminino, é a violência sexual.

Segundo Azevedo e Guerra (1997), a classificação da vitimização sexual pode ser dividida em três grupos. O primeiro grupo são os que não envolvem contato físico, como o abuso verbal e o exibicionismo; o segundo, são os que envolvem contato físico, como o “passar a mão”, o coito, o contato oral-genital e, por último, o grupo que envolve violência, como o estupro ou o feminicídio. Nesse contexto, quando se trata da violência doméstica, percebe-se que a maioria dos casos começam pelo primeiro grupo, podendo ser praticada por conhecidos

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

ou por homens que atacam mulheres sem uma relação de conhecimento pessoal ou de amizade com elas, na qual a vítima é xingada verbalmente e, quando tal situação é levado adiante, pode acabar chegando ao terceiro grupo, causando a violência letal: o feminicídio.

Assim sendo, reconhecemos a importância de promover formas de enfrentamento da violência e modos de resistência, entendendo que, no caso de mulheres que têm o histórico de violências diversas, é preciso propiciar caminhos de reelaboração das vivências, como mecanismos de reexistência. Nesse respeito, reexistir abarca um processo de reorganização, inclusive mental, psicológico e emocional, mas também concreto, literal, (re)estabelecendo contatos e formas de cuidado que preservem essas mulheres e lhes forneçam outras opções de vida (ACHINTE, 2014). Uma dessas opções é o estabelecimento de narrativas, a elaboração da voz de denúncia e revolta pela linguagem, o protagonismo do relato em primeira pessoa, escapando do vitimismo.

Como foco deste artigo, pensa-se que atribuir às mulheres com deficiência o papel de narradoras de suas próprias histórias nos ajudará a refletir sobre o quanto essas precisaram/precisam ainda se ajustar aos padrões de uma sociedade tradicionalmente pensada e arquitetada para os ditos “convencionais”. E, também, o quanto a força potente de suas vozes pode pautar a intersecção entre gênero, raça/etnia e deficiência na construção de uma agenda política em busca de direitos (EUGÊNIO; SILVA, 2022, p. 30).

Vozes silenciadas e a busca pela reexistência

Um ponto a destacar é o peso social que atos de violência possuem. Do ponto de vista da construção via linguagem e seus sentidos, a palavra violência está comumente relacionada a um ato ou comportamento dirigido a alguma pessoa, grupo de pessoas ou mesmo bens físicos materiais; tais atos podem ser de ordem física (incluindo a negligência), de ordem sexual ou psicológica, determinando agravos à saúde da população (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

As principais causas do aumento dos casos de violência doméstica se dão por devido a restrições institucionais de apoio à mulher, pela diminuição da renda familiar, pela manipulação do agressor com a vítima em razão do maior tempo de convivência, pelo aumento do estresse e maior consumo de bebida alcoólica. Por esse viés, de acordo com as pesquisas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 1 em cada 4 (24,4%) das mulheres brasileiras, de 16 anos ou mais, afirmaram ter sido vítimas de alguma agressão ou violência nos últimos 12 meses, considerando o ano de 2021 como data da publicação do estudo. Ou seja, em média, 17 milhões de mulheres sofreram violência baseada em gênero no

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

período compreendido entre 2020 e 2021.

Além disso, é válido destacar que a violência de gênero vem se tornando mais nítida aos olhos da sociedade brasileira, o que também reflete o avanço das pesquisas e o amadurecimento do debate público em torno do tema, vez que vários setores da sociedade passaram a entender quais comportamentos, falas e atitudes se configuram, em aparência e/ou essência, como violências e agressões. A violência deixa marcas visíveis e invisíveis na vida da mulher, tais como o sentimento de culpa, a baixa autoestima, o silenciamento, danos maiores ou menores à saúde mental, emocional e física, mas também há um efeito mais construtivo, percebido na busca por resistência e pela reexistência.

Neste respeito, entendemos que os processos de expressão e construção de narrativas próprias são, como afirmam as pesquisadoras Cristina Siñanis e Zulma Palermo (2015), processos de constituição de modos de resistir política, epistemológica e culturalmente contra imposições e discursos de inferiorização, ao passo que orientam uma outra forma de viver - o reexistir - a partir da não aceitação das únicas opções apresentadas até então, quer no papel de aceitação e normalização das violências, quer no papel resultante de vitimização até certo ponto incapacitante, como se precisassem eternamente ser atendidas e tuteladas, mas sem protagonismo ou autonomia.

Seguindo tal direcionamento, mencionamos uma pesquisa realizada no programa de mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) que resultou na criação de um documentário que dá voz a mulheres com múltiplas deficiências. Com o tema “Silenciadas: em busca de uma voz”, a pesquisa foi realizada pela educadora social Flávia Pieretti Cardoso, com a orientação da professora Maria Leda Pinto e coorientação da professora Léia Teixeira Lacerda, em 2020. De fato, a intenção de produção do trabalho pode ser descrita como denúncia e empoderamento, mas nossa leitura e intenção de compartilhamento é fortalecer a ideia de coalizão, de escuta e de ampliação das vozes destas mulheres antes silenciadas, pois entendemos que sua opção por não mais calar é um ato de resistência que se une a outras iniciativas contra a violência, proporcionando opções de reexistência para as participantes e para outras mulheres, acometidas e/ou vitimadas ou não por condições semelhantes.

Flávia Pieretti atua como intérprete de Libras e atuou na Casa da Mulher Brasileira em 2015 e, junto à Associação de Mulheres com Deficiência do MS – AMDEFMS, procurou desenvolver o projeto de modo a permitir que o documentário pudesse ser acessado por pessoas com as ditas deficiências, contendo recurso de janela em Libras, legenda e áudio descrição. O documentário permite que seis mulheres com diferentes deficiências (dentre elas poliomielite, deficiência visual e deficiência física) narrem suas histórias e vivências, abordando como sofreram violência dos seus companheiros ou familiares. Há, também, o

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

relato da mãe de uma menina com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a participação de mulheres atuantes na luta contra a violência, como a Procuradora de Justiça do Ministério Público do MS, Dra. Jaceguara Dantas, a juíza Jaqueline Machado, responsável pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Tribunal de Justiça do MS, a Coordenadora da Casa da Mulher pelo Governo Federal e assessora técnica da Secretaria Nacional de Política para Mulheres, Tai Loschi.

No decorrer do vídeo ouvimos os relatos de como as violências foram iniciadas; de fato, muitas delas tiveram o primeiro contato com uma forma ou outra de violência ainda na infância, ainda sem sequer entender o que exatamente se passava nem suas razões. Não podemos deixar de lado o fato de que muitas mulheres sofrem violência desde pequenas e isso se torna uma constante em sua vida, posto que são episódios que se repetem até a vida adulta. No Brasil, independentemente de sexo ou etnia, crianças e adolescentes são vítimas cotidianas da violência doméstica, sendo este um fenômeno universal e endêmico, agravado por situações de vulnerabilidade econômica e, mais recentemente, que pela epidemia de Covid-19 que isolou muitas dessas vítimas entre os anos de 2020 até 2022.

A violência contra crianças e adolescentes “implica, de um lado, transgressão do poder de proteção do adulto e, de outro, coisificação da infância, isto é, negação do direito que Crianças e Adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (AZEVEDO; GUERRA, 1997). Os resultados são, sem dúvida, perversos e basicamente permanentes, posto que são violações de corpos, mentes, emoções, sensibilidades em desenvolvimento, cujas marcas se tornam profundas, indelévels. Segundo Habigzang e Caminha, opera-se uma relação desigual em que se nota “[...] o poder exercido pelo grande sobre o pequeno”, resultando na violação da “confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor)”, posto que se configura como “uso delinquente da sexualidade - atentado ao direito que o indivíduo tem de propriedade sobre seu próprio corpo” (2004, p. 28), agressão que se repete e repercute na própria constituição do sujeito e em sua compreensão de si e de sua identidade.

Para os autores, os agressores usam o poder em sua relação de confiança ou força física para colocar a criança e/ou adolescente em situações que envolvem comportamentos sexuais, tendo em vista que não possuem maturidade biológica ou psicológica de enfrentar a situação de forma adequada. Além dessa condição de poder e coisificação da criança, um fato importante a ser mencionado é que enquanto estão na fase da infância, a maioria em geral não tem meios de proteção contra o abuso sexual, colocadas em situações que as deixam mais vulneráveis. Nos casos pertinentes às mulheres com deficiências apresentadas no documentário, as dificuldades de interação e comunicação inclusive com familiares próximos ampliaram e agravaram o problema, fortalecendo agressores. Torna-se comum ver que,

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

quando se busca ajuda de um adulto da família, a vítima é desacreditada, e muitas vezes também é culpabilizada. Percebe-se isso de modo direto na narrativa de uma das personagens no vídeo: relata que, quando menina, foi contar para a avó que o tio havia praticado o ato sexual sem a sua permissão, e a avó simplesmente a acusou de ser mentirosa.

Ou seja, via de regra há uma tendência ao menosprezo da voz infantil, algo potencializado quando a criança possui alguma deficiência; ignoram-se os efeitos da violência doméstica contra as crianças, acreditando que são menos sérios, inexistentes ou temporários. Entretanto, tal violência acarreta um trauma infantil que tem seus efeitos a longo prazo se não forem tratados imediatamente, e principalmente se não se interrompem as investidas, ataques, agressões – que agora se multiplicam, porque ademais da violência sexual há a perpetuação de violências outras, como a verbal e psicológica, infringidas pelo descrédito e pelas repreensões/repressões da reação da vítima.

Diante desse fato percebe-se como se dá o crescente silenciamento por parte das mulheres que querem expor o que aconteceu, mas são deixadas de lado, em uma condição inferiorizada, desvalorizada. Sequer a passagem do tempo ameniza ou altera as agressões, pois a mulher adulta que toca no assunto não sabe o que fala, distorce fatos, expõe uma vida privada que não interessa a ninguém e se constrói sobre uma mentira ou pelo menos sobre uma impressão equivocada, fruto da imaginação fantasiosa ou contaminada por discursos radicais de grupos que são, no mínimo, reprováveis. Tal é o discurso vigente para muitos familiares que insistem – por variadas razões – em ignorar os abusos ou optar por acreditar que é melhor pensar que não ocorreram. O grande problema, entretanto, é o custo para a vítima, em tantos aspectos que dificultam qualquer justificativa para os possíveis porquês das famílias.

Outro relato que chama a atenção é o de uma mulher pedagoga, deficiente física e presidente da AMDEF-MS que, por contar sobre sua vida, pelas experiências sentidas na pele, inscritas em seu corpo, também compartilha seu pensamento sobre como a mulher com deficiência é vista:

A mulher com deficiência ela (sic) é vista, muitas vezes, como um objeto que a pessoa pode fazer o que quiser com ela que ela não vai ter voz, não vai ter como se defender e tal, mas a mulher com deficiência ela (sic) sofre também com a rejeição masculina, porque ela não é perfeita, porque ela não tem os atributos que todo mundo acha que a mulher tem que ter, principalmente no Brasil que é um país muito machista. (Documentário Silenciadas: Em busca de uma voz)

Ou seja, o depoimento da personagem do vídeo é o sentimento que muitas

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

mulheres também compartilham. No Brasil - e no mundo - mulheres com deficiência vivem isoladas dentro de casa e evitam o convívio social por serem acometidas por um sentimento de menos valia, de não pertencimento a uma sociedade simplesmente por não se sentirem à vontade com os olhares estranhos voltados para si e por não se encaixarem no “papel da mulher brasileira”. Embora talvez o foco do comentário esteja em atributos de um corpo físico considerado atraente para relações humanas, suas implicações se notam no contexto social ampliado em que a ideia de deficiência – portanto falta – acarreta a desvalorização intelectual, cultural, produtiva e econômica. As narrativas da deficiência que associam essa população como digna de pena e de ações de caridade, assim como o ideal corpo-normativo reiterado pelo modelo biológico, biomédico, ainda estão presentes, tornando-se obstáculos na luta pelos direitos dessas pessoas a uma vida ordinária (EUGÊNIO; LIMA, 2022, p. 35).

Outras protagonistas do documentário retratam algumas questões recorrentes como dar uma segunda chance ao agressor. Uma delas, mulher com cegueira, sofreu violência de seu marido quando teve sua primeira filha e houve a separação. Pouco tempo depois, ele pediu para voltar, prometendo que “iria cuidar” e foi quando a personagem engravidou de sua segunda filha. Entretanto, nada mudou e a violência expandiu tanto que ele quase agrediu a própria filha, o que teria ocorrido se a mulher não tivesse conseguido evitar, segundo conta. Com outra mulher, o relato é semelhante. O marido a violentava diariamente e por falta de coragem ela continuava naquele espaço, aceitando pedidos de desculpa e promessas de mudança.

Além desses casos, também há a presença de situações em que no início do relacionamento os agressores não são vistos como “perigosos”, mas são carinhosos, amorosos e companheiros, não sendo possível imaginar que um dia esses mesmos homens irão levantar a mão para bater em uma mulher. Uma das narradoras afirma: “ele era um homem que toda mulher queria ter”, mas, depois de algum tempo, as agressões começaram a ficar cada vez mais fortes e corriqueiras. Com seu exemplo, percebe-se que há várias fases quando se fala de violência doméstica. Na primeira fase, o agressor mostra-se tenso e irritado por coisas insignificantes, chegando a ter acessos de raiva. Ele também humilha a vítima, faz ameaças e destrói objetos. A segunda fase já corresponde à explosão do agressor, o controle acaba e nesse momento começa a violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. E a última fase, mais conhecida como “lua de mel”, caracteriza o arrependimento do agressor para conseguir a reconciliação. Por um determinado tempo tudo ocorre normalmente, mas depois a relação se altera novamente e volta o ciclo para a primeira fase. Passando por essas fases, a narrativa dessa mulher reconhece que, se não fossem interrompidas por uma ação definitiva em busca de reexistir, de buscar opções de vida rompendo com o ciclo de violências, poderiam ter chegado à violência letal.

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Tais relatos buscam uma maneira de ressignificar e resgatar as histórias contadas por múltiplas mulheres. Através das rodas de conversas nos encontros na Associação de Mulheres com Deficiência do MS as mulheres conseguem visualizar em qual posição estavam, numa situação de vulnerabilidade, descobrindo que o que elas viveram foi um ato de violência e que estavam aguentando caladas mesmo podendo ir em busca dos seus direitos. E, quando mencionamos sobre essas histórias contadas, percebemos a importância em oferecer apoio de uma outra forma que não seja somente a oralizada como, por exemplo, a elaboração artística, as danças, culturas, a escrita ou através de uma leitura literária, tanto de modo particular como em comunidades/grupos, na qual as mulheres, conversando entre si, vão resgatando suas memórias e transferindo para aquele momento de alívio. Mais do que isso, o processo de protagonizar narrativas aliado à escuta que se faz como coalizão, como um (re)tecer a trama das experiências sob nova perspectiva, de resistência e superação, se faz em dupla direção, “epistêmica e política, pois acreditamos que é possível gerar conhecimento a partir de experiências locais coletivas que se orientem a produzir transformações radicais na vida das sociedades” (SIÑANIS; PALERMO, 2015, p. 111)

Essas construções de múltiplas narrativas são, sem dúvida, o desenvolvimento de mecanismos de superação da violência impetrada contra essas mulheres, sofrida e inscrita em seus próprios corpos. Proporcionar esse processo de escuta e conversas entre as mulheres, com deficiência e vítimas de violência, é uma forma de buscar opções para a “cura interior”, na qual as vozes femininas ganham espaços e se desligam dos momentos de pânico, do desamparo da dor física e emocional em que viveram.

Considerações finais

Conforme buscamos refletir com base nas informações apresentadas neste trabalho, percebemos que as discussões sobre a violência doméstica são essenciais para pensar de que forma podemos combater tais situações que acontecem diariamente. Isso implica voltar os olhos para as causas e efeitos da construção de uma cultura de violência contra mulher, repensando nas bases que consideramos uma sociedade estável pautada em uma visão androcêntrica e patriarcal. Os dados aqui apresentados, junto com as múltiplas narrativas, retratam a necessidade de proporcionar novas formas de enfrentamentos, sobre a realidade que fortalece a dominação de gênero, de classe e de raça/etnia, intervindo de modo ativo nas questões sociais que ainda fundamentam práticas abusivas.

Ao destacar aspectos sobre a situação de mulheres com deficiência, segundo a nomenclatura que se atribui à diferença, torna-se evidente que muito ainda precisa avançar em pautas de cuidado e políticas não apenas de proteção, mas de educação e formação de

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

peças para um trabalho conjunto que englobe a percepção adequada acerca de corpos femininos e corpos femininos com as ditas deficiências. Ressaltamos que projetos que possibilitam que se congreguem vozes de resistência e práticas de reexistência, que ressignificam as experiências pessoais e proporcionam formas de conhecimento direcionadas a alterar condutas e pensamentos discriminatórios, podem ocasionar transformações significativas na vida em sociedade.

Embora ainda haja muito a ser feito, esforços a serem organizados e práticas a serem incentivadas, acreditamos que é possível proporcionar às mulheres uma ampla rede de apoio, respostas, saídas e formas de superar e tornar visível o que historicamente foi silenciado e relegado à invisibilidade, combatendo eficazmente a violência em suas muitas facetas. Nosso trabalho é um constante tecer em conjunto e se reforça à medida que ressoamos iniciativas e perspectivas, compondo tramas para novas narrativas, plurais, diversas, simétricas e solidárias.

Referências

- ACHINTE, Adolfo Albán. Artistas indígenas y afrocolombianos: entre las memorias y las cosmovisiones. Estéticas de la re-existencia. In: PALERMO, Zulma (comp.). **Arte y estética en la encrucijada descolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, pp. 53-72.
- ARAUJO, Adriane Reis de. A igualdade de gênero e a mulher com deficiência. In: GUGEL, Maria Aparecida (org.). **Diálogos aprofundados sobre os direitos das pessoas com deficiência**. São Paulo: RTM, 2019.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- CARDOSO, B. V. Thomas; LIMA, S. I. Maria. Interseccionalizando o direito à educação: quais corpos podem habitar o conhecimento? **Dossiê “Interseccionalizando em educação: lutas sociais e direito à diferença”**. v. 4 n. 13, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan., 2002.
- DOCUMENTÁRIO **SILENCIADAS: Em busca de uma voz** (Direção e Produção Flávia Pieretti e Roteiro Ana Paula Cardoso) - YouTube. Acesso em: 01 nov. 2022.
- ENFOQUE MS. Pesquisa da UEMS resulta em documentário sobre mulheres com deficiência. Publicado em 22 abr. 2020.
- EUGÊNIO, J; SILVA, A. S. Os professores não sabiam o que fazer comigo!: reflexões interseccionais de uma mulher negra com deficiência. **Educação em Revista**, Marília, v.23, n.

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

1, pp. 27-42, 2022.

FONSECA, D. H., RIBEIRO, C. G. & LEAL, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), pp. 307-314.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. Maio de 2021. Instituto Maria da Penha. Ciclo da Violência. Disponível em: <Ciclo da violência - Instituto Maria da Penha> Acesso em: 30 out. 2022.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro. Junho de 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_d_a_violencia_2018.pdf Acesso em: 29 out. 2022.

LEI n. 11.340. (2006). **Lei Maria da Penha**. Brasília, DF: Presidência da República.

LEMOS, Leila Ribeiro; SOUZA, Caroline Ramos do Carmo de. Interseccionalidade e feminismo negro: A violência contra a mulher não é apenas uma questão de gênero. **ANAIS – 21ª SEMOC**.

LERNER, Gerda. *A criação do Patriarcado*. São Paulo. Editora Cultrix, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): pp. 935-952, setembro-dezembro/2014.

MOREIRA, V., BORIS, G. D. J. B; VENÂNCIO, N. (2011). O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, 23(2), pp. 398-406.

PINTAGUY, J; ALVES, B. M. **Feminismo no Brasil: Memórias de quem faz acontecer**. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2022.

RIBEIRO, C. G. & COUTINHO, M. L. L. (2011). Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa (PB). **Psicologia e Saúde**, 3(1), pp. 52-59.

SANTOS, Livia Fajin de Mello dos *et al*. Mulheres com deficiência: reflexões sobre a trajetória das políticas públicas de saúde. **Rev. Enferm. UFPE online**, Recife, v. 7, n. 7, jul. 2013. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6799>. Acesso em: 04 nov. 2019.

SIÑANIS, C. PALERMO, Z. Heterogeneidad estructural y re-existencia en la escucha. **MILLCAYAC - Revista Digital de Ciencias Sociales / Vol. II / Nº 3, 2015 - Centro de Publicaciones FCPyS. UNCuyo, Mendoza, Argentina**, pp. 105 – 113.

Recebido em: 30/05/2023

Aceito em: 30/08/2023

Publicado em: 30/09/2023

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

SILENCED VOICES: NARRATIVES OF WOMEN WITH DISABILITIES AGAINST VIOLENCE

Marta Francisco de Oliveira

Universidade Federal de Campo Grande/MS

marta.oliveira@ufms.br

Paula de Vasconcelos Rego

Universidade Federal de Campo Grande/MS

pauladevasconcelos95@hotmail.com

ABSTRACT

In many periods and societies, women were seen as supporting characters in cultural, social, political and literary representations, in addition to being subjected to multiple violence, silencing and invisibility that unfortunately remain until today. Therefore, the purpose of this article is to raise the voice of women, especially women with disabilities, considering the history of invisibility and domestic violence that affects many of them. For this, we start from the documentary “Silenciadas: in search of a voice” and we will use a bibliographic survey to address some data on violence against women with disabilities and, also, on intersectionality and inclusion as a method of analysis. Aiming to highlight the power of debates based on theoretical criticism about female protagonism, indicating possibilities of practices of existence and re-existence in models of coalition, joint work and multiple voices.

Keywords: Domestic violence; Muting; Intersectionality; Inclusion.

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

VOCES SILENCIADAS: NARRATIVAS DE MUJERES CON DISCAPACIDAD CONTRA LA VIOLENCIA

Marta Francisco de Oliveira

Universidade Federal de Campo Grande/MS

marta.oliveira@ufms.br

Paula de Vasconcelos Rego

Universidade Federal de Campo Grande/MS

pauladevasconcelos95@hotmail.com

RESUMEN

En diferentes épocas y sociedades, las mujeres eran vistas como personajes secundarios en representaciones culturales, sociales, políticas y literarias, además de ser sometidas a múltiples violencias, silenciamientos y formas de invisibilización, que lamentablemente persisten hasta el día de hoy. Por esta razón, el objetivo de este artículo es dar voz a las mujeres, especialmente las mujeres con discapacidad, considerando la historia de invisibilidad y violencia doméstica que afecta sus vidas. Para eso, partimos del documental Silenciadas: em busca de una voz y utilizaremos las investigaciones bibliográficas para abordar algunos datos sobre la violencia contra las mujeres con discapacidad y sobre la interseccionalidad y la inclusión como método de análisis. Con el objetivo de destacar el poder de los debates basados en la crítica teórica sobre el protagonismo femenino, apuntando posibilidades de prácticas de existencia y re-existencia en modelos de coalición, de trabajo conjunto y voces múltiples.

Palabras-clave: Violencia doméstica; Silenciamiento; Interseccionalidad; Inclusión.

Dossiê “Nas teias da linguagem”

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 12	n. 1	1-19	2023
----------------------------	-------------	-------	------	------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>